



União Nacional dos Estudantes

Fundada em 11 de Agosto de 1937

EIXO: Democratização do acesso e flexibilização de modelos de formação

1 - Autonomia Universitária

- Garantia de autonomia didática, científica, pedagógica, de gestão financeira, administrativa e patrimonial;
- Normatização do artigo 207 da Constituição Federal, através da aprovação de um Estatuto da Autonomia para as Universidades Públicas, e Regulamentação para as Universidades Privadas, garantindo a autonomia das mantidas sobre as mantenedoras.
- Lutar pela garantia de implementação do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e garantia de liberdade de pensamento, produção e circulação do saber;
- Restrição total do capital estrangeiro nas universidades pagas;
- Contra a financeirização da educação e especulação na bolsa de valores;
- Fim das fundações privadas de apoio nas universidades públicas!

2. Financiamento

- Para o pleno exercício da Autonomia Universitária: garantir novos patamares de investimento com a destinação de 10% PIB. Para além das medidas emergenciais, É preciso dar garantias para que a universidade goze da autonomia de gestão administrativa, didático-pedagógica e financeira. A luta pela aplicação mínima de 75% do orçamento da educação na educação superior, caracterizando política de Estado.
- Novas fontes de financiamento: devemos perseguir novas formas de financiamento, como lutar pela vinculação de 50% da arrecadação com royalties do petróleo da camada pré-sal em educação pública
- Gestão financeira da universidade brasileira: é preciso transparência, controle público, abertura das planilhas das instituições privadas e gestão participativa e criação de Conselhos de Administração democráticos para garantir uma melhor aplicação dos recursos. O Fim das Fundações também passa por mecanismos de garantia de financiamento e participação da sociedade na gestão financeira.
- Pela retirada dos inativos das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, garantindo os recursos do Tesouro Nacional para o pagamento desses servidores;
- Fim da DRU!

- Reestruturação dos HUs garantindo maior financiamento através do compartilhamento de responsabilidade com Ministério da Saúde e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Aplicação em infra-estrutura progressiva de 400 milhões até 2010, 1 bilhão até 2015 e 2 bilhões até 2020, num total mínimo de 3,4 bilhões de reais;
- Para a garantia de recursos humanos deverão ser aplicados até 2015 no mínimo 3 bilhões de reais, distribuídos pelos próximos 7 anos;
- Ou seja, expandir com qualidade requer o mínimo de 6,4 bilhões a mais no orçamento da educação pelos próximos anos.
- Pela aprovação do PL de mensalidades da UNE, que define a instalação de comissão paritária de negociação com representantes da instituição, permite a abertura da planilha de receitas e despesas da universidade, garante o direito à rematrícula dos inadimplentes e protege esses estudantes de abusos.
- Contra o SPC da Educação!

3. Democracia

- Eleição direta para reitor nas universidades com eleição paritária! Pelo fim da lista tríplice!
- Paridade em todos os órgãos colegiados com 1/3 para cada representação: discente, docentes e técnico-administrativos;
- Livre organização estudantil e sindical com garantia de espaço para o funcionamento das entidades de participação;
- Definir que as mantenedoras não poderão exceder 20% da representação total dos colegiados, independente do cargo ou atividade que exerçam na instituição;
- Criação de câmaras comunitárias nas universidades que permita a participação da sociedade nas decisões das instituições.

4. Acesso

Atingir até 2020 a proporção mínima de 50% das vagas no ensino superior oferecidas na rede pública e gratuita;

- Duplicação das vagas gratuitas oferecidas na rede privada através do PROUNI – Programa Universidade para Todos;
- Isso representa 60% das vagas gratuitas no ensino superior brasileiro até 2020;
- Buscar a expansão qualificada do sistema público duplicando o número de alunos na graduação a cada 5 anos, com centralidade no curso noturno (atingir no mínimo 1 milhão e 200 mil matrículas em 2015 e 2 milhões e 400 mil em 2020);
- Ofertar 100.000 novas vagas nos cursos noturnos das IFES até 2020;
- Superar a desigualdade de oferta de vaga em cada estado da federação;

- Fim do Vestibular! Instituição de novo modelo democrático de ingresso no ensino superior que não se limite ao modelo meritocrático ao qual se baseia o vestibular;
- Pela implementação imediata do PL 73/99 que garante Reserva de Vagas para estudantes de escola pública, e Cotas para negros nas universidades públicas;
- Pela obrigatoriedade do ensino médio, garantindo com isso a responsabilidade do Estado em garantir vagas a todos os estudantes brasileiros, possibilitando assim um maior número de jovens alcançarem o ensino superior;
- Responsabilizar as universidades pela qualidade do Ensino Médio brasileiro: Reforma do Ensino Médio e Profissionalizante;
- Ampliar a rede de Ensino Profissionalizante através dos IFET's e de vagas gratuitas no Sistema S;
- Criar mecanismos para ocupar 100% das vagas ociosas em cada semestre;

5. Assistência Estudantil

- Criação de um Fundo Nacional de Assistência Estudantil que represente **1,5% das verbas da Educação acrescido de 1,5% da arrecadação das Instituições privadas de ensino superior;**
- O Plano Nacional de Assistência Estudantil **deverá garantir aos estudantes carentes das universidades públicas e pagas** acesso à alimentação, transporte, iniciação científica e material didático;
- Criação em todas as universidades as Pró-Reitorias de Assistência estudantil, assegurando uma instância responsável por essas políticas com financiamento específico;
- Criar, manter e ampliar programas que garantam a alimentação dos estudantes das públicas e pagas, através de bandejeões que permita uma vivência maior do estudante no espaço da universidade e bolsas de auxílio alimentação;
- Ampliação de programas acadêmicos remunerados estimulando a inserção de estudantes nas atividades de ensino-pesquisa-extensão;
- Política de transporte através de passe estudantil em todo o país;
- Disponibilização de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para atendimento médico e psicológico dos estudantes;
- Investimento nas bibliotecas universitárias, com ampliação de acervo, da capacidade, do horário de atendimento e da viabilização de novas técnicas de acesso à informação;
- Ampliação de programas culturais, esportivos e de lazer para as comunidades internas e externas à universidade;

- Desenvolver políticas e ações de inclusão digital;
- Implementar políticas de acesso à línguas estrangeiras para estudantes;
- Criação de programa de emprego para estudantes e recém- graduados;
- Ampliação e fortalecimento da Ouvidoria da UNE para todo o país garantindo auxílio aos estudantes;
- Constituição de Ouvidoria nas Universidades, com eleição direta pela comunidade, de forma a perceber as principais demandas dos estudantes;
- Realizar pesquisa a cada quatro anos para identificar perfil sócio econômico e cultural dos estudantes brasileiros;
- Construção de creches nas universidades;
- Criar condições básicas para atender os estudantes portadores de necessidades especiais;

6. Regulamentação do Ensino Privado

- Controle público sobre o ensino privado: reconhecimento do ensino superior como um bem público e a exploração privada como uma concessão do Estado, que deve ter a obrigação de regular, fiscalizar e garantir a qualidade do ensino;
- Criação de marcos regulatórios que caracterize o que é Universidade, Centro universitário e Faculdade;
- Absorção dos estudantes , prejudicados pela falência de instituições privadas , pelo sistema público.
- Contra a mercantilização e desnacionalização da educação!!! Implementação imediata de lei que restrinja a participação do capital estrangeiro nas universidades privadas e a venda de ações das instituições educacionais na bolsa de valores;
- Existência de órgãos colegiados paritários com limitação a participação a 10% de representantes de mantenedoras;
- Ensino tem que ter qualidade! Garantia de unidades acadêmicas por curso que garantam os interesses pedagógicos acima dos mercadológicos na contratação de docentes e discussões curriculares;
- Eleição direta para reitor.

7. Reestruturação Acadêmica

- Fim dos departamentos!
- Pela Constituição de ciclos básicos!
- Reestruturação do corpo docente que garanta maior circulação destes entre a graduação e pós-graduação, com ampliação como mecanismo integrador do ensino;
- Reestruturação curricular que garanta maior transdisciplinaridade aos currículos;

- Atribuição de créditos visando a integralização curricular de atividades extra-sala-de-aula, como os estágios de vivência;
- Estabelecimento de novos paradigmas e métodos de ensino, rompendo com a antiga fórmula da unilateralidade na relação professor-aluno de transmissão de conhecimento, entendendo todos os segmentos da comunidade acadêmica como iguais contribuintes no processo de construção de políticas acadêmicas e do conhecimento em aulas interativas e participativas;
- Estimular e formular programas de intercâmbio em âmbito regional, nacional e internacional entre universidades, promovendo mobilidade estudantil e cooperação entre acadêmicos e pesquisadores de outras vivências;
- Ações que promovam desenvolvimento cultural, científico e tecnológico possibilitando uma maior interação do saber teórico e saber prático e interação com o mundo do trabalho;
- Paridade na representação de todas as unidades acadêmicas.

8. Ensino Profissional e Tecnológico

- Criação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional – o FUNDEP, de forma a unificar os diversos fundos e programas de financiamento da área;
- Ampliação do ensino superior profissionalizante através dos IFET's e Sistema S
- Criar bolsas de pesquisa e extensão para ensino tecnológico e IFET's;

9. Pesquisa

- Ampliação e aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação para formar recursos humanos voltados às necessidades de desenvolvimento tecnológico do país;
- Incentivo à criação de pólos regionais de alta tecnologia;
- Reforço do ensino de matemática e de ciências na educação básica com ênfase nas atividades de laboratório;
- Criação de instituições de instituições de pesquisa científica e tecnológica para a execução de projetos estratégicos;
- Obrigatoriedade da pesquisa nos currículos;
- Ampliação da pós-graduação, com íntimo vínculo com a graduação e garantia de triplicação das bolsas de iniciação científica nas universidades.

10. Extensão

- Garantia de carga horária mínima de atividades de extensão nas grades curriculares dos cursos de graduação;
- Garantia de recurso de financiamento a atividades de extensão em instituições federais como CAPES e CNPQ;

- Ampliar atividades de extensão em áreas de grande pertinência social.

11. Educação à Distância

- Inclusão somente do Ensino Profissionalizante, de requalificação profissional e formação continuada na modalidade à distância;
- Discussão pública sobre cursos de licenciatura à distância;
- Estabelecimento de cartilha que aponte as carreiras profissionais que podem ser realizadas à distância, evitando a simples exploração privada de oferta de cursos sem qualidade, mercado profissional e relevância social;
- Ampliação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Garantia do regime semi-presencial na educação à distância. Obrigatoriedade de no mínimo 30% do currículo na modalidade semi-presencial;
- Estabelecimento de um sistema de avaliação para controle da qualidade e da oferta de vagas na educação à distância;
- Nos cursos presenciais, a educação à distância só pode ser utilizada em disciplina eletiva.

12. Universidades estaduais e autarquias

- Garantia do financiamento público e da gratuidade nas universidades estaduais e municipais;
- Na incapacidade dos estados e municípios garantir esses pressupostos, defendemos a federalização de tais instituições dentro do processo de ampliação radical das vagas gratuitas no ensino superior na próxima década;
- Contra cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

13. Avaliação Institucional – Em defesa da implementação integral do SINAES

- Diminuição do peso do ENADE na avaliação e ampliar a influência da opinião estudantil sobre a instituição, seu curso e quadro docente;
- Pela constituição das CPA's (Comissões Próprias de Avaliação) em todas as universidades e com assento estudantil indicada por suas entidades de representação;
- **Pelo fim da vinculação da realização do ENADE com a expedição do Diploma, o estudante já cumpriu seu currículo e carga horária mínima para conclusão do curso.**